



## Aumento da vigilância contra maus-tratos segue para sanção

Instituições que trabalham com crianças e adolescentes serão obrigadas a ter profissionais treinados para identificar abusos contra menores

Jefferson Rudy/Agência Senado



Em Plenário, logo após a votação, senadores elogiaram o projeto aprovado. Romero Jucá, que presidiu a sessão, disse que a mudança protege as crianças brasileiras

**P**rojetado do senador Marcelo Crivella aprovado ontem pelo Plenário estabelece que todo profissional de assistência ou guarda de crianças e adolescentes fica obrigado a fazer a comunicação de maus-tratos detectados, sob pena de punição.

Os senadores rejeitaram substitutivo da Câmara que definia o que deveria ser entendido como maus-tratos. O texto que segue para sanção, portanto, é a versão original do projeto apresentado no Senado. **3**

### Aécio aceita diálogo, mas ressalta oposição

Na volta ao Congresso, o senador Aécio Neves disse que está aberto ao diálogo com o governo em torno de propostas para

o país. Lembrou, porém, que é preciso considerar o peso dos 51 milhões de votos que a oposição recebeu no 2º turno. **5**

Gerardo Mangel/Agência Senado



Cercado por correligionários, senador volta ao Congresso depois de ter concorrido à Presidência da República

**Escolas poderão incluir aluno especial em turma regular** **4**

**Debate mostra divergência sobre MP das Farmácias** **6**

### Pode sair hoje relatório sobre aviação regional

Relator do projeto que torna lei a Medida Provisória 652/2014, senador Flexa Ribeiro disse que deve apresentar o relatório hoje para votar o texto amanhã. A medida permite

incentivos do governo federal para aviação regional e perderá a validade em 24 de novembro.

Parlamentares cobraram mais clareza no texto enviado pelo Executivo. **6**

**Senadores defendem seguro para produtor rural** **4**

**Avança alteração na contribuição previdenciária das fundações** **7**

**Especialistas apontam falhas na expansão da banda larga** **8**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Secretário de Aviação Civil Moreira Franco (ao microfone) em debate ontem

**AGORA É LEI**  
Lei 13.002/2014

O teste da linguinha nos recém-nascidos será obrigatório nas maternidades de todo o país.

Com ele o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

A lei entrará em vigor em 23/01/2015.

Saiba mais em:  
www.senado.leg.br/agoraLei





# Comissão aprova espaço para poesia no Senado

Painel Permanente da Poesia seria um espaço dedicado à divulgação de poemas em português. Outro projeto acatado pela Comissão de Educação dá o nome de Lúcio Costa a uma das torres do Congresso

O SENADO PODERÁ ter um Painel Permanente da Poesia, para a realização de exposições periódicas de textos poéticos ou outras produções relacionadas à literatura, a exemplo do Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, dedicado exclusivamente a exposições de artes plásticas. É o que estabelece o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 78/2013, aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem.

A proposta, de autoria de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), pretende divulgar a produção em língua portuguesa de autores brasileiros, sejam eles consagrados ou contemporâneos. Também poderão ser expostas traduções de poetas estrangeiros. Os membros e servidores do Senado com produções poéticas poderão, igualmente, ter obras expostas.



Senado Galeria é um dos espaços da Casa para divulgação de trabalhos artísticos

Além disso, o espaço poderá apresentar poemas selecionados em concurso.

Também foi aprovado o PRS 80/2013, de autoria de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), que dá o nome de Edifício Lúcio Costa ao Anexo 1 do conjunto arquitetônico do Senado (uma das torres do Palácio do

Congresso Nacional). Ambas as proposições seguem para análise da Comissão Diretora da Casa.

Outro texto aprovado é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 79/2014, que dá o título de Capital Nacional da Moda Bebê ao município de Terra Roxa (PR).

## Adiada homenagem à Congregação Irmãs de Maria

Prevista para acontecer ontem, foi transferida para o dia 11 a sessão especial em homenagem à Congregação Irmãs de Maria, que completa 50 anos.

A sugestão da homenagem é de José Sarney (PMDB-AP), Valdir Raupp (PMDB-RO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Jorge Viana (PT-AC), Pedro

Simon (PMDB-RS) e Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Os senadores explicam, justificando o requerimento para a sessão, que a instituição foi criada pelo padre Aloysius Schwartz, na Coreia do Sul, em 1964, para promover educação infantil e fundamental, além de desenvolver programas de atendimento a carentes.

A congregação oferece

serviços médicos, albergue a moradores de rua, alimentação e vestuário a necessitados. Promove ainda atividades de aprendizagem técnico-profissionalizantes, como cursos de enfermagem, secretariado, informática e artes.

Além da Coreia, a instituição hoje atua nas Filipinas, México, Guatemala, Honduras e Brasil.

## Rádio Senado estreia em São Luís semana que vem

A Rádio Senado entra no ar em São Luís na próxima terça-feira. Ainda em caráter experimental, a emissora poderá ser ouvida na frequência 96,9 MHz, com um sinal de qualidade suficiente para atingir a capital maranhense e os municípios de São José de Ribamar, Icatu, Morros, Axixá, Rosário, Presidente Juscelino, Bacabeira, Santa Rita, Olinda Nova do Maranhão, São João Batista, Cajapió, São Bento, Palmeirândia, Peri Mirim, Central do Maranhão, Pinheiro, Guimarães e Alcântara, além da Ilha de Santana. O alcance da rádio poderá atingir aproximadamente 1,7 milhão de pessoas na região.

A emissora transmite, ao vivo, as sessões do Plenário (de segunda a quinta-feira, a partir das 14h, e às sextas-feiras, a partir das 9h) e as reuniões das comissões. O ouvinte terá acesso também a programas jornalísticos, entrevistas e notas explicando



Apresentadoras da parte de A Voz do Brasil produzida pela Rádio Senado

os projetos em discussão no Parlamento. A programação inclui ainda reportagens especiais e programas culturais que renderam dez premiações à emissora nos últimos cinco anos.

A instalação foi possível graças a uma parceria com a Assembleia Legislativa do Maranhão, que vai dispor de duas horas diárias para produção integralmente local. A

TV Senado já opera na capital maranhense desde fevereiro, com sinal digital.

O Maranhão é a décima capital a receber a Rádio Senado, que já está em Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Teresina (104,5 MHz), Manaus (106,9 MHz), João Pessoa (106,5 MHz) e Macapá (93,9 MHz).

## Mozarildo denuncia abuso contra turistas brasileiros na Venezuela

Há inúmeros casos de brasileiros que têm sofrido abuso de poder na Venezuela, afirmou ontem, em Plenário, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



sendo sujeitos a todo tipo de injustiça — declarou.

O senador pediu ao Itamaraty, à Comissão de Relações Exteriores do Senado e ao Mercosul

que se manifestem sobre o problema. Mozarildo disse que, na próxima reunião do Parlamento do Mercosul, exigirá providências às autoridades do órgão.

— Muitos brasileiros, principalmente do estado de Roraima, vão visitar a Venezuela ou mesmo comprar produtos que lá são mais baratos e acabam presos sob acusações as mais mentirosas possíveis,

## Paulo Paim rejeita restrição à aposentadoria especial

Paulo Paim (PT-RS) defendeu aprovação de projeto dele que assegura a aposentadoria especial e pagamento dos adicionais de periculosidade, penosidade e insalubridade aos trabalhadores, mesmo no caso de fornecimento pelo empregador de equipamentos de proteção individual (EPIs).



pois um recurso no STF pode acatar tese do INSS de que o uso de EPIs afasta o direito ao benefício. O senador, que foi metalúrgico e técnico em segurança do

trabalho, disse que os EPIs não compensam totalmente condições adversas de trabalho.

No julgamento, o relator, ministro Luiz Fux, votou contra a aposentadoria especial no caso de uso de EPIs.

Paim pediu a votação rápida do projeto (PLS 58/2014),

### CORREÇÃO

Na reportagem "Projeto endurece punição a mau gestor da saúde", publicada ontem, cabe esclarecer que o PLS 174/2011 tipifica como crime a transferência de recursos da conta de qualquer fundo de saúde (municipal ou estadual), não só do Fundo Nacional de Saúde. Da mesma forma, define como infração administrativa deixar de estruturar qualquer fundo de saúde (municipal ou estadual), não só do Fundo Nacional de Saúde.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Votações

14h Sessão deliberativa.

### PRESIDÊNCIA Mérito Cultural

10h30 Renan participa de reunião do Conselho Nacional do PMDB. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 16h30, cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural.

### CDR Turismo

9h A comissão discute a estruturação dos destinos turísticos brasileiros. Entre os convidados, representantes do Executivo.

### CAS Formação de jovens

9h Análise do PLC 106/2013, que incentiva a formação de jovens em áreas relacionadas à gestão e à prática desportivas.

### CCJ Funcionários da Caixa

10h A Comissão de Constituição e Justiça examina o PLS 76/2007, que dispõe sobre a reintegração de funcionários da Caixa demitidos entre 1995 e 2003.

### CPMI Petrobras

14h30 A CPI Mista da Petrobras deve votar 476 requerimentos. Muitos deles são pedidos de convocação de autoridades para prestar esclarecimentos.

### LDO Relatório preliminar

14h30 Votação do relatório preliminar do senador Vital do Rêgo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Segue para sanção projeto que obriga instituições que trabalham com crianças e adolescentes a terem em seus quadros profissionais treinados para identificar abusos

# Senado aumenta vigilância contra maus-tratos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto (PLS 417/2007) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que obriga instituições que trabalham com crianças e adolescentes a ter profissionais treinados para identificar sinais de abusos e maus-tratos. O texto, que segue para sanção, já havia sido aprovado na Câmara, onde recebeu um substitutivo que definia o que deveria ser entendido como maus-tratos. Os senadores optaram por rejeitar o substitutivo e aprovar a versão original.

O projeto modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente, criando para as entidades que abrigam, cuidam e se responsabilizam por crianças e adolescentes a obrigação de empregar esses profissionais.

— O objetivo é que, em cada entidade pública ou privada que recebe crianças e adolescentes, haja um profissional treinado para identificar abusos. Esse profissional não é para resolver o caso, mas para encaminhar ao Conselho Tutelar casos de abuso cometido contra crianças e adolescentes — explicou Crivella.

Pelo texto, serão incluídas entre as atribuições dos conselhos tutelares a promoção de ações de divulgação e treina-



Senadores participam da sessão que aprovou o projeto de Marcelo Crivella (E)

mento para o reconhecimento de maus-tratos. Além disso, o projeto estabelece que todo profissional de cuidados, assistência ou guarda de crianças e adolescentes fica obrigado a fazer a comunicação, sob pena de punição na forma do estatuto.

A aprovação foi comemorada por senadores, que elogiaram o projeto de Crivella. Romero Jucá (PMDB-RR), que presidiu a sessão, ressaltou a importância da medida.

— Quero aqui registrar, em nome da Presidência e em meu nome, a importante decisão tomada por esta Casa, que protege as crianças brasileiras.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) exaltou o esforço de Crivella pela aprovação.

— Ele passou os últimos dias

conversando com cada senador individualmente, pedindo apoio — disse a senadora.

O Plenário também aprovou um projeto (PLC 15/2009) que institui a Semana de Educação Ambiental nas escolas do ensino fundamental e médio e nas instituições de ensino superior. O objetivo é estimular ações voltadas à popularização da educação ambiental. A semana acontecerá na primeira quinzena de junho, com atividades desenvolvidas em todos os componentes curriculares. Originalmente, o projeto previa a comemoração apenas no ensino fundamental e médio. Na Comissão de Educação e Cultura (CE), o alcance foi ampliado. Devido à modificação, o projeto agora volta para a Câmara.

## Plenário analisará incentivos fiscais

Vai a Plenário a votação do projeto que permite aos estados e ao Distrito Federal a legalização dos incentivos fiscais, alvo de várias ações no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi precedida de uma rodada de negociações no gabinete do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), com alguns secretários estaduais de Fazenda

e o coordenador nacional do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), José Tostes.

O texto aprovado é o quinto substitutivo apresentado por Luiz Henrique este ano e incorporou parcialmente emendas de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto original (PLS 130/2014) de Lúcia Vânia (PSDB-GO). A proposta deverá ser votada pelo Plenário,

onde poderá receber novas emendas.

Os acordos, que envolveram o secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, levaram Eduardo Suplicy (PT-SP) a retirar voto em separado pela rejeição da proposta. Também foi decisiva na votação a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) colocar em pauta, este mês, a Proposta de Súmula Vinculante 69, que considera inconstitucionais os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos sem prévia aprovação do Confaz.

Para Romero Jucá, a edição dessa súmula poderá causar “um verdadeiro terremoto econômico” nos estados menos desenvolvidos.

Já Ricardo Ferraço observou que o projeto aprovado pela comissão pode ajudar a superar a insegurança jurídica responsável pela paralisação nos investimentos.



Eduardo Braga, Luiz Henrique e Lúcia Vânia participaram da reunião ontem

## Ana Amélia espera aprovação do projeto

Em discurso, Ana Amélia (PP-RS) disse esperar que o Plenário do Senado aprove o PLS 130/2014. Pela regra vigente, qualquer incentivo deve ser aprovado, de forma unânime, pelos integrantes do Confaz.

Como medidas de estímulo à instalação de empresas foram adotadas sem o cumprimento dessa exigência, o Supremo Tribunal Federal julgou tais atos inválidos, o que gerou insegurança jurídica. Para a se-

nadora, porém, a questão será solucionada com a aprovação.

— Fica resolvida a questão da segurança jurídica e também criado um prazo de transição para convalidação desses incentivos fiscais — disse.

## Brasileiro no exterior poderá ter representante na Câmara

Também ontem, o Plenário fez a primeira das três sessões de discussão em segundo turno sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2005, que permite a eleição, para a Câmara de Deputados, de representantes de brasileiros que moram no exterior.

Cristovam Buarque (PDT-DF), autor da PEC, lembra que os brasileiros no exterior votam apenas para presidente da República, quando inscritos nas representações diplomáticas. O pouco contato com a política nacional pode, segundo ele, diminuir o interesse e os vínculos políticos e sociais com o país. Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou a proposta, lembrando que países como Itália e Portugal permitem que seus nacionais que moram no Brasil tenham representantes no Parlamento.

Outra primeira sessão de discussão feita ontem foi sobre a PEC 46/2013, que permite a criação de consórcios públicos para

suprir a carência de médicos nas periferias das grandes cidades e nas regiões mais isoladas. Pela proposta, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), os consórcios atuarão no Sistema Único de Saúde (SUS), com prioridade para a atenção básica à saúde. A PEC terá de ser discutida em quatro sessões antes de ser votada em primeiro turno.

O Plenário aprovou ainda requerimento de Romero Jucá (PMDB-RR) para que seja feita audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre o projeto da Câmara (PLC 117/2013) que torna obrigatória a guarda compartilhada do filho em caso de desacordo dos pais.

Outro requerimento aprovado é para o encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União, de pedido de inspeção no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O objetivo é obter informações sobre obras na rodovia BR-101, em Sergipe.

## Renan confirma votação de dívidas dos estados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou para hoje a votação de projetos que podem ajudar a solucionar os problemas das dívidas dos estados e municípios com a União (PLC 99/2013) e da guerra fiscal (PLS 130/2014).

— Fizemos um acordo em relação ao pacto federativo. Já votamos o comércio eletrônico. Ficam faltando o ICMS e a repactuação da dívida, que deverão ser votados nesta quarta-feira como primeiro item da pauta — afirmou Renan, que recebeu em audiência ontem o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, acompanhado de parlamentares gaúchos.

O projeto que muda os critérios de atualização das dívidas, se aprovado, segundo a

Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, pode permitir de imediato o abatimento de R\$ 3 bilhões da dívida do estado — que passa dos R\$ 45 bilhões. Além disso, a repactuação abre imediatamente a possibilidade de um novo financiamento de US\$ 1 bilhão para investimento em infraestrutura.

— É uma dívida que não desaparece, ela é assumida pela União. Portanto, não gera nenhuma instabilidade financeira, nenhuma dívida em relação aos credores. Pelo contrário, é uma dívida garantida, que apenas passa de uma esfera para outra e alivia os estados para eles tocarem seus programas de desenvolvimento — disse Tarso Genro ao sair do encontro com Renan.



Renan Calheiros (D) fala com Tarso Genro sobre a dívida do Rio Grande do Sul





Benedito de Lira (C) ouve Marcelo Porteiro Cardoso, superintendente do BNDES, em debate sobre crédito rural na CRA

## Senadores querem seguro para produtores rurais

Parlamentares defenderam, em audiência pública na Comissão de Agricultura, a criação de seguro que garanta renda aos agricultores em caso de perdas nas lavouras por doenças ou problemas climáticos

A PRINCIPAL QUEIXA dos produtores rurais é a inexistência de um seguro que garanta a renda do agricultor em caso de problemas na lavoura, segundo observaram senadores que participaram de reunião da Comissão de Agricultura (CRA), ontem. O debate abordou também a questão do crédito agrícola. Embora o volume de crédito tenha aumentado nos últimos anos, ressaltaram os participantes, os produtores rurais enfrentam dificuldades na obtenção dos recursos, seja pela burocracia na hora de contratar o financiamento, seja pela dificuldade para cumprir o contrato e efetuar os pagamentos.

A audiência faz parte do plano de trabalho da comissão para a avaliação de políticas públicas no que diz respeito ao planejamento, à execução e ao controle desse tipo de financiamento para produtores rurais.

Segundo Ruben Figueiró (PSDB-MS), que apresentará um relatório sobre a situação do crédito para agricultores, não basta conceder o crédito, mas garantir a tranquilidade do produtor em caso de problemas nas safras, como doenças, secas ou outras alterações climáticas que acabam afetando a lucratividade do setor.

— Ao plantar, acreditamos na ação do governo e contraímos muitos empréstimos. Alguns deles levaram a uma situação de inadimplência de alguns produtores. O que falta realmente é uma assistência técnica, um programa de extensão rural mais preciso e fazer com que os bancos também diminuam a burocracia — apontou.

### Burocracia

Ana Amélia (PP-RS) também se queixou da excessiva burocracia, que tem dificultado o acesso ao crédito, e disse ser importante o estabelecimento de um seguro de renda que garanta proteção ao produtor, caso ele tenha problemas com a venda na hora da colheita.

— O Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) é um seguro de crédito, não é um seguro de renda para o produtor. Agora mesmo, no Rio Grande do Sul, tomaram crédito, não conseguiram nem plantar e estão devendo ao banco. Como é que ficaram eles? Vão ter que pagar a conta de uma lavoura destruída por um temporal — lamentou a senadora, ao falar sobre a situação de plantações de municípios da região central do estado, afetadas por um temporal em outubro.

A garantia de ter renda depois de uma safra é o que

também defende Fleury (DEM-GO).

— Seguro neste país serve exclusivamente para gerente de banco cumprir cota. Produtor não tem seguro. O Proagro não cobre nem o custo do banco — apontou o senador, ao comentar o atual modelo de seguro agrícola.

De acordo com Amoque Benigno de Araújo, secretário de Controle da Fazenda Nacional do Tribunal de Contas da União (TCU), outro problema está nos atrasos com que o governo federal repassa os recursos da subvenção. De acordo com ele, esses repasses são contingenciados ano após ano, o que gera dificuldades para os produtores obterem novos empréstimos.

### Exigências

Nem todo dinheiro disponibilizado pelos bancos chega aos produtores. Entre os problemas, está o atraso da regularização fundiária em algumas regiões e o não cumprimento pelos agricultores de exigências das instituições financeiras, conforme apontou Oduval Lobato Neto, do Banco da Amazônia.

José Roberto Dutra Mota, do Banco do Nordeste, observou que o seguro rural é hoje indispensável para liberação de recursos, especialmente no semiárido.

## Aprovada proposta que reforça educação regular inclusiva

O conceito da educação especial e o papel da educação regular de ensino para atender pessoas com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação são temas do substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados ao PLS 180/2004, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

O texto define o conceito de educação especial, que passa a ser uma modalidade de ensino escolar que realiza “atendimento educacional especializado” para apoiar os serviços educacionais comuns. A ideia é promover a educação inclusiva, ou seja, a escola regular terá que se preparar para receber todo e qualquer tipo de aluno.

O substitutivo da Câmara retira três parágrafos do artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que preveem oferta eventual de serviços especializados nas escolas da rede regular; atendimento em classes, escolas ou serviços especiais, em situações específicas; e o dever do Estado de ofertar educação especial de zero a 6 anos, durante a educação infantil.

O texto original, da ex-senadora Ideli Salvatti, assegurava

a inclusão educacional e social de estudantes com deficiência auditiva, obrigando as escolas a ofertar a língua brasileira de sinais (Libras) na educação básica.

### Inclusão ampliada

A partir das modificações aprovadas na Câmara e referendadas pela comissão, o projeto agora obriga os sistemas de ensino a garantir não só o ensino de Libras, mas também de outros métodos de comunicação para esses estudantes, como o sistema braile (para cegos) e o tadoma (para pessoas que são simultaneamente surdas e cegas).

Se aprovada a proposta, esses alunos terão direito à adequação, às suas necessidades, de currículos, métodos e recursos, além de professores especializados e educação especial para o trabalho. Também deverão ser respeitados o atendimento de necessidades educacionais específicas dos alunos nas diretrizes para cursos superiores em geral, a inserção de eixos temáticos e conhecimentos favoráveis à educação inclusiva na formação de professores e a oferta, aos familiares e à comunidade da pessoa com deficiência auditiva, de condições para o aprendizado de Libras.

## Comissão de Meio Ambiente adia reunião para semana que vem

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) marcará uma nova reunião para votar 26 proposições que estavam na pauta de ontem. O encontro teve de ser cancelado por falta de quórum.

Entre as propostas a serem examinadas, está o projeto (PLS 12/2014) que prevê a redução de 75% do Imposto de Renda e isenção da contribuição de PIS-Pasep e Cofins para empresa que produz ou distribui água de reúso. Também estava na pauta o projeto (PLS 556/2013) que

estabelece a concessão de incentivos fiscais, econômicos e de crédito para geração de energia elétrica por meio de fontes sustentáveis. A proposta é de autoria da Comissão de Direitos Humanos (CDH), com base em sugestões de participantes do Projeto Jovem Senador de 2012. Outro item em pauta é o projeto (PLS 506/2013) de Eduardo Braga (PMDB-AM) que institui o Programa Nacional do Bioquerosene, de incentivo à produção de energia à base de biomassas.

## Gleisi contesta críticas à atuação dos conselhos populares

Gleisi Hoffmann (PT-PR) contestou as críticas da oposição à Política Nacional de Participação Social, que foi rejeitada pela Câmara e aguarda análise do Senado. Ela frisou que a participação direta da população já é prevista em vários artigos da Constituição e não interfere nas prerrogativas do Congresso.

— Como pode agora o mesmo Congresso que criou esses conselhos, que validou essa participação popular que está em acordo com a Constituição, dizer que um decreto da presidente pode ser uma afronta ao Congresso Nacional? — indagou a senadora.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Requião condena decisão da Câmara de derrubar decreto

Quem tem medo do povo? Foi o que perguntou Roberto Requião (PMDB-PR) ao criticar a decisão da Câmara de derrubar o decreto presidencial da Política Nacional de Participação Social. Para ele, a resistência revela que há setores políticos e empresariais que não querem ver o povo participando diretamente das decisões do país.

— Se a visibilidade do povo brasileiro já é desconfortável para esta gente, imagine o povo opinando, sugerindo, exigindo. Os conselhos não são deliberativos, eles são opinativos. É uma forma de ampliar um pouco o debate — defendeu o senador.



Moreira Matiz/Agência Senado

## Ana Rita lamenta posição contrária à participação social

Ana Rita (PT-ES) também lamentou que a Câmara tenha aprovado o projeto (PDC 1.491/2014) que derruba o decreto presidencial que cria a Política Nacional de Participação Social. Para a senadora, é uma derrota da sociedade.

— De um lado, há a luta daqueles que querem aprofundar a democracia, a participação e a cidadania nas decisões importantes sobre o rumo do país e, de outro lado, daqueles que querem continuar limitando o direito de participação à eleição e ao voto de representantes capazes e habilitados a falar, emitir opinião e decidir — afirmou.



Moreira Matiz/Agência Senado



Na volta ao Congresso, o senador disse estar aberto ao diálogo com o governo, mas afirmou que é preciso considerar o peso da votação obtida pela candidatura dele à Presidência

# Aécio destaca oposição com 51 milhões de votos

AÉCIO NEVES (PSDB-MG) disse ontem, na volta ao Congresso depois das eleições, que está disposto a dialogar com o governo em torno de propostas para o país. O senador rechaçou ameaças à democracia sugeridas nos últimos dias por manifestantes descontentes com a reeleição de Dilma Rousseff — como a ideia de que os militares voltem ao poder. Destacou, porém, o peso da oposição, simbolizado pelos 51 milhões de votos que ele recebeu no segundo turno como candidato a presidente da República.

— Respeito a democracia permanentemente. Qualquer utilização das manifestações no sentido de qualquer retrocesso da democracia terá a nossa mais veemente oposição. Fui o candidato das liberdades, da democracia, do respeito. Aqueles que agem de forma autoritária e truculenta estão no outro campo político, não no nosso — afirmou.

Aécio lembrou que reconheceu a vitória de Dilma Rousseff imediatamente após a divulgação dos resultados oficiais. O senador reiterou, no entanto, a avaliação de que a campanha eleitoral do PT usou a máquina pública e lançou mão do “terror” para assustar beneficiários de programas sociais.

— O governo da presidente Dilma venceu essas eleições perdendo. Como disse Marina Silva [candidata pelo PSB que apoiou Aécio no segundo turno], eu perdi essas eleições vencendo. Eu vou colocar minha cabeça no travesseiro e dormir tranquilo, pois fiz uma campanha ética, o que não posso afirmar de meus adversários — disse.

No segundo turno, em 26 de outubro, pouco mais de 3 milhões de votos separaram Aécio do resultado obtido pela



O senador foi recebido por cerca de 350 pessoas, entre correligionários e jornalistas, e anunciou pronunciamento para hoje

presidente Dilma Rousseff, que foi reeleita para o segundo mandato, a ser iniciado em janeiro. Ele alcançou 51,04 milhões de votos (48,36%), contra 54,5 milhões (51,64%) da candidata do PT.

Para o senador, o resultado das eleições dá mais força para a oposição no papel de fiscalizar o Executivo e de trazer à tona pautas da sociedade não atendidas pelo governo.

— O que tenho visto nesses últimos dias é o sentimento de que, quando o governo olhar para a oposição, sugiro que não contabilize mais apenas o número de cadeiras no Senado e na Câmara. Vai encontrar mais de 50 milhões de brasileiros, que vão estar vigilantes, cobrando atitudes, investigações, melhoria dos indicadores econômicos e sociais. Somos hoje um grande

exército a favor do Brasil e prontos para fazer a oposição que a opinião pública determinou — prometeu.

O senador chegou ao Congresso ontem por volta das 15h e entrou pelo Salão Branco, conhecido como Chapelaria. Foi recebido por cerca de 350 pessoas, entre jornalistas, populares, governadores, parlamentares, servidores e assessores.

— Chego hoje ao Plenário revigorado. Serei oposição com a mesma coragem e a mesma honradez com que me preparei para governar o país. O Brasil despertou. O Brasil é hoje diferente de antes da eleição. Emergiu um Brasil que quer ser protagonista da construção do seu próprio futuro. É uma mobilização inédita na história contemporânea.

Aécio anunciou pronunciamento para hoje e disse que vai continuar cobrando eficiência na gestão, na transparência nos gastos e na apuração das denúncias de corrupção.

— Nossa posição será sempre de defesa intransigente da democracia, das liberdades, contra qualquer tentativa de cerceamento da liberdade de imprensa e de quaisquer outras, sejam coletivas ou individuais. Hoje estamos assistindo a um novo Brasil surgindo, um Brasil verdadeiro, que não aceita mais passivamente tantos malfeitos, incorreções, ineficiência.

## Humberto condena sugestões de impeachment

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), considerou “um assombro” os pedidos de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, e de intervenção militar no país, feitos por manifestantes que ele classificou de fascistas.

Em pronunciamento no Plenário, ele lamentou também que o PSDB tenha pedido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma auditoria das urnas eletrônicas, colocando em xeque a lisura do processo de votação.

Para o senador, esses movimentos, especialmente as manifestações de rua, contam com apoio, mesmo

que implícito, de partidos de oposição.

Humberto reconheceu que muitos integrantes do PSDB condenaram os pedidos de impeachment e de auditoria das urnas eletrônicas, entre os quais o governador reeleito de São Paulo, Geraldo Alckmin. O parlamentar espera, no entanto, que Aécio Neves também se manifeste contra esses atos.

— Não condenar esse tipo de golpe é, evidentemente, ser conivente com ele. Não há o lado do silêncio em um momento em que a democracia está sob ataque. Ou se está do lado dela ou se está contra ela. É imprescindível

que lideranças da oposição cumpram o dever cívico de defender o regime democrático e de reprovar, de maneira contundente, qualquer flerte de seus seguidores com atitudes golpistas e atentatórias às regras constitucionais — afirmou o senador.

Em entrevista, Humberto rebateu afirmações de Aécio Neves, para quem a campanha presidencial petista teria sido agressiva em demasia.

— Agressiva foi a campanha do PSDB. Até porque não foi apenas por parte do PSDB.

Para ele, “o maior escândalo de todos” foi a revista *Veja* ter circulado na sexta-feira anterior ao segundo



“Não condenar esse golpismo é ser conivente com ele”, diz o senador

turno com capa indicando que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma teriam conhecimento da corrupção na Petrobras. A fonte seria o doleiro Alberto Youssef.

— Uma matéria falsa.

## Comparar plebiscito a golpe é inaceitável, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considera inaceitável a afirmação de que um plebiscito sobre reforma política seria equivalente a um golpe de Estado. O plebiscito é um instrumento democrático e está previsto na Constituição, recordou a senadora. Para ela, utilizá-lo ajudará a fortalecer a democracia no país.

A senadora afirmou que a democracia brasileira ainda tem falhas. Uma delas, disse, é exatamente a pequena participação do povo nas decisões importantes do país.

Ela contou que Estados Unidos, Suíça, França e Itália realizam muitos plebiscitos e que o Brasil está entre os países que menos utilizam esse tipo de consulta popular. No dia do segundo turno das eleições no Brasil, observou, os uruguaios participaram de um plebiscito sobre redução da maioria penal.



Genardo Magalhães/Agência Senado

## Capiberibe quer teto para gastos de assembleias e tribunais de contas

João Capiberibe (PSB-AP) solicitou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), que indique relator para a proposta de emenda constitucional, de sua autoria, que fixa teto para gastos das assembleias legislativas e dos tribunais de contas estaduais (PEC 30/2014).

Capiberibe ressaltou que as assembleias e os tribunais estaduais gastam, por ano, R\$ 5,3 bilhões a mais do que o Senado, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União.

— A sangria é enorme no orçamento dos estados. Se nós não temos recursos suficientes para manter a saúde e a educação, é necessário que a União possa, sim, legislar e estabelecer um freio no apetite exagerado dos nossos parlamentares estaduais — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Kaká Andrade defende aprovação de apadrinhamento afetivo

Após lembrar que o país conta com 32.400 famílias dispostas a adotar e mais de 5.600 crianças a serem adotadas, Kaká Andrade (PDT-SE) advertiu que a Lei da Adoção (Lei 12.010/2009) precisa ser mudada para aumentar as adoções.

Ele contou que mais de 90% das crianças à espera de adoção têm 6 anos ou mais. Porém, apenas 5% das famílias aceitam adotar um menino ou uma menina a partir dessa idade.

Entretanto, essas crianças poderiam ter uma vida melhor, segundo Kaká, com a aprovação do apadrinhamento afetivo.

— Essa é uma alternativa que deve ser estimulada, pois assegura que milhares de meninos e meninas tenham uma referência familiar, além do apoio financeiro, mesmo que não morem na mesma casa em que vivem os padrinhos — defendeu o senador.



Moreira Maniz/Agência Senado



Em audiência, medida que permite pequenas empresas substituírem graduado em Farmácia por técnico foi defendida pela Anvisa e criticada por representante de farmacêuticos

# MP das Farmácias gera divergência em debate

A EXIGÊNCIA DA presença permanente de um farmacêutico em drogarias e farmácias, introduzida pela Lei 13.021/2014, causou divergência durante audiência pública que discutiu, ontem, a Medida Provisória 653/2014. A MP flexibilizou a regra para permitir, no caso de pequenas e microempresas, a substituição do farmacêutico por outro profissional.

Para o presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), Ronald Ferreira dos Santos, todos ganham com a obrigatoriedade de um farmacêutico nas farmácias. Segundo ele, a exigência é positiva tanto para a categoria como para o dono da farmácia e o consumidor, pois é a garantia de qualidade profissional e de atendimento.

Santos informou que, em 2018, o mercado farmacêutico brasileiro será o quarto maior do mundo e, assim, teria condições de bancar a presença dos profissionais nas drogarias. Ele admitiu a possibilidade de discutir exceções, mas ressaltou que o cidadão das pequenas cidades deve ter o mesmo direito daquele dos grandes centros.

— A presença dos farmacêuticos ultrapassa 85% das drogarias. A discussão central não é a presença do profissional, mas a qualificação do estabelecimento — disse.

Por outro lado, o superintendente de Inspeção Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Bruno Rios, apoiou a flexibilização garantida pela MP 653. Ele lembrou que é obrigatória a



Vanessa Grazziotin (C) preside debate da MP 653 com a categoria dos profissionais de farmácia e donos de drogarias

presença de um responsável técnico em horário integral de funcionamento, mesmo que não seja um farmacêutico.

O superintendente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do

Distrito Federal, José Aparecido Guimarães, também defendeu a MP — que, na opinião dele, preserva os interesses da população. Para analisar a importância da medida, disse Guimarães, é preciso conhecer

“os rincões de todo o país”.

— Imagina, em uma pequena cidade, um pai acordar de madrugada, com o filho chorando e com febre, e não poder comprar um remédio para seu filho [por falta de farmacêutico] — ponderou.

O presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma), Pedro Zidoi Sdoia, afirmou que a realidade é que muitas farmácias, “mesmo algumas de grandes redes”, não conseguem manter um farmacêutico presente durante todo o período de funcionamento. Ele reclamou da forma como o projeto que deu origem à Lei 13.021 foi aprovado no Congresso e chegou a discutir com o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), responsável pelo substitutivo que resultou no texto final da lei.

## Vanessa descarta retrocesso na medida provisória

A MP 653/2014 relaxa a exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas. Pela Lei 13.021/2014, publicada em agosto, a presença desse profissional é obrigatória em todos os estabelecimentos farmacêuticos. Com a MP, porém, as farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2014) passaram a adotar as regras

da Lei 5.991/1973. Essa lei permite, em casos específicos, a presença de “prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro” como responsável do estabelecimento.

A presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), reconheceu que a medida é polêmica. A senadora fez referência a uma nota do Ministério da Saúde que aponta que, no caso de pequenas farmácias, esses es-

tabelecimentos, comprovada a ausência de farmacêutico na região, podem funcionar com um profissional inscrito nos conselhos regionais de Farmácia. Essas unidades, diz a nota, devem ser licenciadas pela autoridade sanitária local, conforme a MP.

— Não há retrocesso em relação à legislação atual. Há apenas essa exceção. É óbvio que a gente não queria exceção alguma — declarou

Vanessa, farmacêutica de formação.

O deputado Manoel Junior (PMDB-PB), relator da matéria, e a senadora Ana Amélia (PP-RS) também participaram da audiência. Já está marcado para terça-feira um novo debate, que deve ter representantes do Conselho Federal de Farmácia (CFF), da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), entre outros.

## Parlamentares cobram clareza em texto sobre aviação regional

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou ontem que, apesar de a Medida Provisória 652/2014 estimular o transporte aéreo no Brasil, não há clareza do governo sobre os critérios de escolha dos aeroportos que serão beneficiados pelos subsídios previstos no texto.

A declaração foi feita em audiência pública da comissão mista que analisa a medida. Entre outros pontos, a MP cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para estimular operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano.

O relator da proposta, o senador

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), concordou com Ferraço. Flexa disse que o texto é muito aberto e repassa diversos detalhes para a regulamentação a ser feita pela Secretaria de Aviação Civil (SAC).

— Várias leis existem, mas ainda carecem de regulamentação. Temo que aconteça o mesmo com essa do transporte aéreo — apontou.

O relator também cobrou do Poder Executivo o prazo de duração dos subsídios.

Pela medida, a ajuda do governo poderá baratear as passagens aéreas em voos com origem ou destino em ae-

roportos regionais, como os localizados na Amazônia. O objetivo é aumentar o acesso da população brasileira ao transporte aéreo e o número de municípios e rotas atendidos.

O ministro-chefe da SAC, Moreira Franco, também participou do debate e informou que o objetivo inicial não é criar linhas aéreas novas, mas consolidar o mercado do interior do Brasil.

— Os preços estão distorcidos e precisamos fazer as intervenções necessárias para que se estabeleça uma composição de preço mais justa — explicou.

Moreira Franco disse que o Executivo trabalha com a hipótese de oferecer o

subsídio por cinco anos, renováveis por mais cinco. A proposta, no entanto, ainda será discutida entre o relator e a secretaria. Ele também afirmou que o governo estuda dar subsídios maiores para os aeroportos regionais da Amazônia.

— Guarulhos não é igual a um aeroporto no interior do Amapá, então não dever haver tratamentos iguais — argumentou.

Flexa Ribeiro pretende apresentar o relatório hoje e votá-lo amanhã, com o intuito de agilizar a tramitação. A medida provisória perde a vigência em 24 de novembro.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**

Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burtle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333



Comissão aprovou projeto que permite a essas entidades recolher a contribuição previdenciária patronal com base na receita bruta, e não na folha de pagamento

## Benefício a fundações segue para decisão final

AS FUNDAÇÕES PODERÃO recolher a contribuição previdenciária patronal com base na receita bruta, e não na folha de pagamento. Projeto com esse objetivo (PLS 453/2013) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguirá para decisão final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ana Amélia (PP-RS), autora da proposta, lembra que a Lei 12.844/2013 deixou as fundações de fora desse regime de contribuições. A exclusão, conforme a senadora, não se justifica e deve ser revista pelo Congresso.

Na justificativa do projeto, Ana Amélia argumenta que as fundações, apesar de não terem finalidade econômica em sentido estrito, também têm encargos trabalhistas e “precisam de toda a ajuda possível, justamente pelos seus fins nobres (religiosos, morais, culturais ou de assistência)”.

— Além disso, ao contrário das empresas, que, obviamente visam ao lucro, as fundações não têm a quem repassar seus encargos — disse.

A senadora lembrou que não é incomum as fundações se encontrarem em situação de competição com empresas.

Para exemplificar, ela citou o caso das radiodifusoras pertencentes a fundações, que têm entre as fontes de renda a publicidade.

— Certamente, terão maiores dificuldades para firmar novos contratos, tendo em vista a perda de competitividade em relação às demais radiodifusoras que possuem finalidade econômica e estão incluídas no regime da desoneração da folha de pagamentos.

O relator, José Agripino (DEM-RN), apresentou voto favorável à proposta, lido por Cyro Miranda (PSDB-GO).



Por terem objetivos nobres, fundações precisam de incentivo, avalia Ana Amélia

## Comissão sabatina indicado à CVM

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começou a analisar ontem a indicação de Pablo Waldemar Renteria para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O órgão é encarregado de regular o funcionamento do mercado de ações e títulos financeiros, coibindo fraudes.

O indicado já foi superintendente da CVM e, nessa condi-

ção, conduziu investigações sobre fraudes, manipulação de mercado e exercício abusivo do poder de controle em companhias abertas, entre outras.

Ontem, José Pimentel (PT-CE) fez a leitura do relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) sobre a indicação. Na presidência da reunião, Luiz Henrique (PMDB-SC) concedeu vista coletiva da matéria.

Renteria deverá ser sabatinado na comissão na terça-feira. Em seguida, a indicação será votada pelo colegiado e, posteriormente, pelo Plenário do Senado.

O relatório afirma que o indicado tem um irmão que atua, desde 2008, como gestor em uma sociedade de administração de recursos de terceiros.

Apesar disso, segundo o parecer, a Lei 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, não impede a posse de autoridades na situação de Renteria.

De acordo com o texto, é necessário apenas que o agente público envie à Comissão de Ética Pública ou à Controladoria-Geral da União declaração indicando a existência de parente no exercício de atividades que possam suscitar conflito de interesses e se abster de praticar ato em benefício do familiar.

## Fica pronto em dezembro exame do sistema tributário

Foi aprovado na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) novo prazo para que seja concluída a avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional (STN), atribuição do colegiado prevista no Regimento Interno do Senado.

Pelas novas datas aprovadas, a CAE terá até 20 de novembro para promover audiências públicas e até 9 de dezembro para apresentar o relatório final da avaliação. A modificação de prazos foi solicitada pelo presidente da comissão, senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

É atribuição da CAE avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O STN é composto pelos tributos instituídos no Brasil e pelas normas que os regulam.

Entre os aspectos a serem avaliados, está o equilíbrio federativo, especialmente quanto à participação das transferências constitucionais na receita tributária dos entes federados.

Lindbergh observa que também em dezembro a comissão concluirá a avaliação da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), política pública que está sendo acompanhada pela CAE, sob a relatoria de Ana Amélia (PP-RS).

O presidente da CAE considera que a unificação de calendários para análise sobre a distribuição de recursos do FPM e sobre o STN “permitirá melhor aproveitamento das audiências públicas, dos requerimentos de informações e dos demais procedimentos necessários para o bom desempenho das avaliações”.



Renteria é candidato ao cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários

## Obras com pendência serão concluídas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu garantir a conclusão de dois empreendimentos que no passado apresentaram indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para isso, deverá apresentar projeto de decreto legislativo, a ser votado no Plenário do Congresso, em breve.

A decisão foi tomada ontem no comitê que funciona no âmbito da comissão e que tem como objetivo avaliar as informações encaminhadas pelo tribunal sobre irregularidades em obras com verba da União.

Assim, continuam em vigor os recursos do Orçamento para as obras de esgotamento sanitário em Pilar (AL), a cargo da Fundação Nacional de Saúde

(Funasa), e para a construção da Marginal Leste no Rio Poty, em Teresina, executada com recursos dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional. As duas obras também constam da proposta orçamentária para 2015, em tramitação no Congresso.

Na reunião de ontem, o comitê analisou relatório do TCU de maio de 2014 em que estão medidas saneadoras e as pendências relativas a 15 empreendimentos. Uma versão atualizada do documento deverá ser encaminhada à CMO até a próxima semana.

Para o coordenador do comitê, Valdir Raupp (PMDB-RO), a exclusão das obras da lista do TCU ocorre devido ao adiantado estado das obras,

o que não justificaria a paralisação delas. O parecer do senador servirá para embasar o voto da comissão quanto à continuidade no repasse de recursos orçamentários às obras.

Entre as obras com recomendação de paralisação, estão a construção da Vila Olímpica Parnaíba, no Piauí, a cargo do Ministério do Esporte; e a implantação e a pavimentação de trecho da BR-448 no Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O exame do relatório do TCU deveria ter ocorrido em junho, mas foi adiado por causa da Copa do Mundo e do período pré-eleitoral.

## Casildo aguarda decisão favorável a Santa Catarina

Casildo Malda-ner (PMDB-SC) espera que o Supremo Tribunal Federal (STF) reveja os limites de águas litorâneas estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que favorecem o Paraná na destinação de royalties do petróleo produzido na região. Segundo o senador, uma plataforma da Petrobras que tem base territorial em Itajaí (SC) fica mais próxima do litoral catarinense do que do paranaense e produz 66 mil barris ao dia. No entanto, o dinheiro dos royalties desse petróleo



Marcio Imitiz/Agência Senado

vai para os cofres do Paraná, pois, pelo IBGE, a plataforma está localizada em águas paranaenses.

O senador disse que situação idêntica poderá acontecer, pois uma

empresa australiana pretende explorar petróleo na Bacia de Santos e deverá montar a base em Santa Catarina.

— Já há mais de duas décadas que nós questionamos na Justiça Federal. Está no Supremo para que o traçado dos limites seja revisto e o Supremo deve baixar uma resolução no início do ano que vem sobre essa dúvida — disse.



Em debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga, representantes de entidades de defesa dos consumidores apontaram problemas na política de inclusão digital do país

## Especialistas cobram melhorias na internet

FALHAS NA UNIVERSALIZAÇÃO da internet, serviços caros, carga tributária elevada e excesso de regras para expansão de infraestrutura foram algumas das críticas apresentadas ontem ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Flávia Lefèvre disse que, desde a edição do PNBL, em 2010, houve pouco investimento na Telebras e apoio insuficiente aos telecentros e programas de inclusão digital.

Para ela, a implantação de infraestrutura é feita de acordo com o interesse das empresas. Com isso, afirma, áreas rurais, regiões mais pobres e periferias dos grandes centros são atendidas de forma insuficiente. No entanto, a especialista admite que a universalização de um serviço essencial não é obrigação das empresas.

— Isso é obrigação do Estado. Está na Constituição, na Lei Geral de Telecomunicações e agora no Marco Civil da Internet. Cabe ao governo garantir investimento público em locais onde não há atrativo para a iniciativa privada.

Segundo a representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Veridiana Alimonti, a Lei Geral de Telecomunicações esta-



Levy (Sinditelebrasil) fala em debate na CCT, ao lado do senador Anibal (E), Sisnando (TCU), Flávia (Proteste) e Cardoso (Abinee)

belece que nenhum serviço considerado essencial pode ser prestado unicamente em regime privado.

— É o que acontece hoje, sem a noção de que é algo que tem de estar disponível a qualquer pessoa, independentemente da localização ou da condição socioeconômica.

Veridiana também criticou os baixos limites de download e a venda casada com a telefonia fixa, o que encarece o preço dos pacotes.

### Empresas

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia (Sinditelebrasil), Eduardo Levy, negou que as tarifas no Brasil sejam as mais caras do mundo. Ele disse que os serviços de comunicação

subiram menos que a inflação em 2013 e garantiu que as companhias do setor são as que mais investem.

Levy reconheceu que as receitas são altas, mas explicou que apenas 7% são distribuídos aos acionistas. Além disso, ressaltou, o Estado fica com 43% do bolo, por meio de tributos.

— Sinceramente, não entendo como o governo pode considerar um serviço essencial cobrando mais imposto do que em aguardente, cosméticos ou arma de fogo — afirmou.

Outro empecilho para a expansão dos serviços, segundo ele, são as legislações restritivas. Levy contabilizou 296 leis municipais e estaduais que restringem de alguma forma a implantação de infraestrutura

de telecomunicações no país.

— A demora em conseguir licença para uma antenna passa de 18 meses — constatou.

### Governo

O diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra, admitiu que a velocidade média da internet brasileira está aquém do desejado e é uma bandeira para os próximos quatro anos do governo. Disse, no entanto, que a Telebras não deixou de investir.

Coimbra informou que, de maio de 2010, quando foi implantado o PNBL, a agosto de 2014, houve crescimento de 82% no número de acessos fixos de banda larga no país. Segundo ele, o serviço alcança

4.912 dos 5.570 municípios brasileiros.

O diretor disse que o Senado tem duas contribuições importantes a dar para expandir a internet de alta velocidade no Brasil. Uma delas é a aprovação da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012), que uniformiza as legislações municipais e estaduais sobre o licenciamento para instalação das antenas.

A outra iniciativa é a fixação de um limite para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no caso da banda larga fixa. O índice máximo de 10% está previsto em projeto (PRS 15/2014) da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

O debate fez parte do plano de trabalho da CCT para acompanhar o PNBL. Até o fim deste mês, o senador Anibal Diniz (PT-AC) vai apresentar um relatório com diagnóstico e sugestões para melhoria do plano, cujo objetivo é massificar o acesso à internet no país e promover a inclusão digital.

A reunião foi presidida pelo presidente da CCT, senador Zeze Perrella (PDT-MG). Também participaram os representantes da Casa Civil, Laerte Davi Cleto, do Tribunal de Contas da União, Paulo Sisnando, e da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Wilson Cardoso.

## Anibal entregará relatório sobre plano este mês

Anibal Diniz (PT-AC) confirmou ontem, em Plenário, que até o fim do mês apresentará parecer com diagnósticos e sugestões sobre o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Ele é o responsável por sistematizar o resultado dos debates que a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vem fazendo sobre o assunto.

O senador ressaltou que a comissão ouviu todos os envolvidos no tema e disse que o trabalho dele deve apontar caminhos para a população usufruir, na prática, a universalização da internet.

— Espero que o relatório seja o mais fiel possível a tudo o que pudemos acompanhar ao longo dessas audiências públicas, desses seminários e

dessas visitas técnicas.

Além das audiências no Senado, a CCT promoveu dois seminários para ouvir a população sobre banda larga e telefonia. O primeiro em Rio Branco, destinado à Região Norte. O segundo em Salvador, representando o Nordeste.

Para embasar o relatório, Anibal participou do Congresso Latino-Americano de Satélites, no Rio de Janeiro; do 58º Painel Telebrasil, em Brasília; e do Futurecom 2014, um dos maiores eventos de telecomunicações das Américas, em São Paulo. Visitou a empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A., a Embraer, o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

## Ângela pede expansão da banda larga na Região Norte

Ângela Portela (PT-RR) avaliou positivamente ontem o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Alertou, porém, para a necessidade de corrigir distorções que prejudicam principalmente o Norte.

Em pronunciamento, ela saudou como êxito do governo o crescimento da cobertura da internet, que aumentou 80% em cinco anos. Elogiou também a popularização das conexões por celular.

A senadora criticou as operadoras de telecomunicações por fazerem investimentos insuficientes nos estados do Norte, onde muitos municípios



seguem sem cobertura de rede. Também afirmou que os planos de internet oferecidos aos consumidores têm alto custo e baixa qualidade.

Ela tem confiança de que o Ministério das Comunicações continuará empenhado em atingir a cobertura plena, a alta velocidade e o custo baixo previstos no PNBL.

— Nós, da Região Norte, somos as maiores vítimas, porque as operadoras não têm interesse de investir na infraestrutura — disse a senadora, avaliando que os consumidores desses estados sofrem com a falta de inclusão digital.

## Estudantes poderão acompanhar conferências sobre clima

Alunos de 16 a 19 anos de idade poderão acompanhar de perto as discussões internacionais sobre as mudanças climáticas. É o que estabelece o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 104/2013, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que foi aprovado pela Comissão de Educação (CE) ontem.

O texto cria o Programa de Cons-

cientização Ambiental para o Futuro, com o objetivo de promover a participação de estudantes do ensino médio nas reuniões da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima. A proposta segue para análise da Comissão Diretora da Casa.

As reuniões da Conferência das Partes ocorrem anualmente, em cidades

de países que ratificaram a convenção. Com o projeto, Vanessa Grazziotin sugere proporcionar a jovens brasileiros a oportunidade de participação nessas reuniões, que contam com representantes de diversos países na busca de acordos para reduzir os impactos das mudanças climáticas.

Pelo texto, o Senado deverá selecionar, a cada ano, três estudantes com

idades entre 16 a 19 anos, matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais. Para participação da escola, a secretaria de Educação do estado deve se credenciar como parceira do programa.

Os estudantes serão selecionados por meio do concurso de redação do Projeto Jovem Senador.